



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

CONTRA O PODER DOS MONOPÓLIOS

ADIANTE NA LUTA CONTRA A CARESTIA DA VIDA

POR AUMENTO GERAL DE SALÁRIOS

o crescendo da luta nacional libertadora dos povos de Angola, Moçambique e Guiné, a tensão e mesmo conflitos de certa gravidade surgidos recentemente em Macau e Timor, vieram criar novas dificuldades políticas, diplomáticas e financeiras à camarilha salazarista, e mostrar mais uma vez que a sua política colonialista não serve os interesses nacionais.

Num curtíssimo espaço de tempo teve lugar o corte de relações diplomáticas entre a República do Congo e Portugal; na UNESCO e na ONU o regime fascista e colonialista português foi fustigado e condenado, foram aprovadas moções condenando as acções provocatórias dos colonialistas portugueses contra países africanos vizinhos de Angola e Moçambique, foi exigido o corte de créditos do Banco Mundial a Salazar e pedido aos parceiros de Portugal no Pacto do Atlântico o termo da sua ajuda ao regime fascista português. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou mesmo uma moção pedindo aos seus membros o corte de relações com Portugal. E se houve duas dezenas de abstenções, poucos foram os que apoiaram abertamente a política fascista e colonialista do governo de Salazar.

Embora não confiemos na eficácia destas medidas, não deixamos, porém, de assinalar a sua grande importância e alcance políticos. Demonstrando ao povo português como o odiado regime fascista de Salazar se isola cada vez mais no concerto das nações, tais medidas favorecem de certo modo o desenvolvimento da luta do povo português

(continua na pág. 2)

POR UMA VERDADEIRA UNIDADE COMBATIVA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

A luta pela Unidade é uma tarefa central do Partido Comunista Português.

Unir as forças democráticas e patrióticas contra a ditadura significa apressar o fim de um regime odiado. Significa mobilizar a classe operária e as massas populares para a acção, criar as condições de organização, definir as formas tácticas de luta para a conquista da liberdade política, objectivo comum do Partido Comunista Português e dos Partidos e agrupamentos democráticos na fase actual da luta.

A realização da Unidade implica confronto e debate de ideias. Implica a procura e elaboração de uma plataforma comum, de um programa mínimo que deve servir de base à acção conjunta das forças democráticas e patrióticas.

Sem a participação da classe operária e das massas trabalhadoras não pode haver luta decisiva contra a ditadura, não se pode vencer o fascismo e instaurar a Democracia.

Posições que enfraquecem a Luta Democrática

As posições assumidas pela Acção Democrato-Social, numa carta tornada pública e enviada a Salazar a 9 de Setembro de 1966, não podem trazer qualquer contribuição válida para o sucesso da luta democrática. Nesse documento os signatários repudiavam quaisquer propósitos de «subversão insurreccional» e garantem ao ditador que «não eram nem queriam ser revolucionários».

O fascismo subiu ao poder utilizando a violência da força armada contra as instituições republicanas e democráticas. Quarenta anos de domínio fascista demonstram que só a luta popular e a acção revolucionária das forças democráticas permitirão desalojá-lo do poder.

Ao atacarem o monopólio político da ditadura os signatários da carta contestam a Salazar a posse da verdade exclusiva e afirmam que embora situados em ponto de vista diverso são possuidores de uma verdade que em regra é complementar e não concorrente da verdade salazarista, só se revestindo do carácter de oposição quando das duas partes se registem lamentáveis

erros de observação e de raciocínio.

Pode porventura identificar-se a causa de democratas com a causa do fascismo?

Os conceitos políticos, filosóficos e religiosos de Salazar são conceitos fascistas que se opõem aos conceitos democráticos, pelos quais continuam a bater-se os melhores combatentes da Liberdade, pelos quais deram a vida muitos e valerosos filhos do povo.

Uma tal formulação de princípios conduz ao imobilismo político, e a formas de conciliação e de transigência com o inimigo. Deste modo não se conquistam posições ao fascismo. Só a luta popular, só a acção combativa das forças democráticas permite arrancar-lhe vitórias parciais e criar condições decisivas para a sua derrota por meios revolucionários.

Arvorando a bandeira do anti-co-

(continua na pág. 4)

A GUERRA COLONIAL no centro da política financeira DO GOVERNO FASCISTA

A Lei de Meios e o Orçamento Geral do Estado para 1967 comprovam uma verdade várias vezes repetida pelo Partido Comunista Português: a guerra colonial é um sorvedoiro de vidas e de riquezas que pesa duramente sobre o povo.

Ela consome a maior verba das despesas públicas. Daqui decorrem novos e maiores sacrifícios para a classe operária e para as mais amplas camadas populares.

As fronteiras da Pátria não estão em Angola, Guiné e Moçambique. Ai estendem-se os braços dos monopólios capitalistas que lançam o povo português e os povos africanos na voragem da guerra.

Novos impostos para a guerra

Segundo assinala a Proposta da Lei de Meios para 1967, os gastos

com a política de guerra atingiram em 1965, 7 milhões 705 mil contos, verba superior à que estava orçamentada.

Isto significa que os governantes salazaristas consumiram, para fins militares, cerca de 50% das receitas gerais do Estado. Estes números só por si dão bem a ideia da gravidade do roubo praticado pela ditadura fascista sobre os baixos salários dos trabalhadores para financiar em África a sua criminoso política.

No ano de 1967 o governo dispôs-se a gastar com as despesas militares 8 milhões, 73 mil e 500 contos, saindo das despesas extraordinárias para este fim, 5 milhões 347 mil contos, ou seja 70% de todas as despesas extraordinárias e mais 1 milhão 336 mil contos do que em 1966.

São destinados para a base aérea de Beja, ao serviço dos alemães e da sua política de guerra, mais 400 mil contos, além de 1 milhão de contos anteriormente consumidos pelo governo fascista, para construir a maior base aérea da Alemanha Federal num país estrangeiro. Para o bairro residencial da mesma base estão orçamentados mais 200 mil contos, mas nem um centavo foi despendido para a construção de moradias destinadas ao povo de Beja.

As despesas com o Pacto do Atlântico elevam-se a 257 mil contos (continua na pág. 5)

O PÃO E O LEITE não podem ser aumentados

Portugal continua a ser um país essencialmente agrícola. Na realidade, mais de 40% da população activa trabalha e vive da agricultura. Porém, importa-se quase tudo o que a terra pode produzir. Em 1964, importaram-se cerca de 500 mil toneladas de cereais e farinhas no valor de cerca de 850 mil contos; carne e outros produtos de origem animal, no valor de 750 mil contos, assim como grandes quantidades de açúcar, batatas, algodão, tabaco, azeite e óleos, produtos agrícolas, legumes secos, ovos, etc., etc. Em 1965, as importações de produtos alimentares levaram para fora do país, mais de 4 milhões e 500 mil contos em divisas que foram contribuir para o desenvolvimento de economias alheias.

Se nos últimos 40 anos se tivesse seguido uma política agrícola orientada para a defesa dos interesses nacionais e elevação do nível de vida das massas camponesas, como o Partido Comunista Português tem defendido e pugnado, a grande parte, se não a

totalidade, dos produtos necessários à alimentação do nosso povo poderia muito bem ser hoje produzido na terra portuguesa e criar-se-ia ao mesmo tempo um largo mercado interno, indispensável ao desenvolvimento da indústria nacional.

Servindo os interesses confessados e inconfessados dos monopólios ligados ao grande capital estrangeiro e dos grandes agrários, a política agrícola dos sucessivos governos de Salazar provocou a ruína de muitos milhares de pequenos e médios camponeses e levou a agricultura portuguesa à grave crise que hoje atravessa. Sem apoio, sobrecarregados de impostos, taxas e alcavalas de toda a espécie, sujeitos a comprar caro os produtos industriais necessários ao cultivo das terras e obrigados a vender a preços de ruína os produtos agrícolas, que por sua vez o consumidor paga muito caro, os pequenos e médios agricultores, por falta de recursos próprios, foram

(continua na pág. 2)



ADIANTE NA LUTA CONTRA A CARESTIA DA VIDA

(continuação da pág. 1)
pelo derrubamento da ditadura e instauração de um regime democrático capaz de resolver os grandes problemas nacionais para os quais o governo fascista de Salazar não foi nem será capaz de encontrar solução.

Acaba de ser cometido um novo atentado contra a paz e a soberania nacional, com a instalação em Mem Martins, nas proximidades

de Lisboa, do Quartel General da Zona Marítima Ibero-Atlântica (IBERLANT) da NATO, por permissão do governo fascista e com a sua activa colaboração.

Servindo os monopólios capitalistas e continuando a sua política de guerra, Salazar e a sua camarilha fazem cair sobre os ombros do povo português todo o peso dessa política que é a causa da constante subida do custo de vida.

O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

AUTORIZADO E FOMENTADO PELO GOVERNO

O novo ano que começa apresenta-se pouco risonho para a classe operária e as largas massas populares. Os transportes colectivos do Porto e Coimbra sofrerão um aumento de 25% a partir de 1 de Janeiro próximo e os de Lisboa, bem como os transportes por caminho de ferro e por estrada, não tardarão também a ser aumentados.

O aumento do preço da electricidade no Porto e o imposto de transacções, no dizer do director

dos Transportes Colectivos do Porto, trouxeram a estes despesas suplementares de, respectivamente, 4.000 e 5.000 contos que terão de ser pagas principalmente pelas massas trabalhadoras daquela cidade e arredores. Segundo o plano dos dirigentes camarários, o aumento dos salários dos trabalhadores dos transportes do Porto só virá depois. Entretanto, sugerem: se o governo já deu o exemplo em relação ao funcionalismo público,

decretando então o imposto de transacções, porque não poderia agora a Câmara Municipal do Porto fazer a mesma coisa?

Temos assim que o célebre «círculo infernal» que Salazar e os seus governos têm evocado para justificar o congelamento dos salá-

rios e ordenados, é agora posto em movimento em sentido inverso pelo mesmo Salazar. Mas, não se fica por aqui: Salazar está a forjar um novo e pesado imposto, chamado de guerra, e com ele um novo agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras, do povo laborioso.

A SUBIDA DOS PREÇOS DOS ARTIGOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE CONTINUA

O bacalhau já se vende mais ou menos abertamente a 28\$00 e 35\$00 o quilo. Embrulhado em celofane e intitulado «peixe seco» é vendido a 60\$00. Em menos de um ano, o feijão sofreu um aumento que vai de 16% a 50%, conforme as variedades. As costeletas de porco e a carne limpa passaram de 44\$00—46\$00, para 48\$00—50\$00. Entrecosto, com mais propriedade, os ossos de porco, é vendido a 28\$00 e 30\$00. Mas estes não são, em muitos casos, os preços reais. Oficialmente é dito que centenas de comerciantes são apanhados a vender produtos alimentares com percen-

tagens de 30, 40, 50 e 100% sobre os preços estabelecidos. O queijo tipo flamengo, que era tabelado entre 34\$00 e 36\$00 o quilo, deixou de ser fabricado porque, no dizer de um importante fabricante «o industrial tem que se defender!» E daí o aparecimento de um novo tipo de queijo, vendido de 39\$00 a 42\$00. O leite em pó sofreu um novo aumento de 21, 5%. O queijo da serra curado galgo rapidamente de 50\$00 para 60\$00 e 65\$00 e o da nova safra já se vende entre 70\$00 e 76\$00 o quilo. Tais preços são absolutamente incomportáveis para a bolsa dos trabalhadores.

O PÃO E O LEITE não podem ser aumentados

(continuação da pág. 1)

ficando impossibilitados de cultivar convenientemente as suas terras, ou desinteressaram-se simplesmente do seu cultivo, emigrando para as cidades e para o estrangeiro.

Se os grandes moageiros e grandes industriais não gozassem de privilégios especiais que os tornam prepotentes, se os impostos que tombam sobre os pequenos e médios lavradores não fossem tão elevados, se a cara organização corporativa não tivesse que ser paga pelas massas laboriosas, tanto o pão como o leite e seus derivados podiam ser vendidos mais baratos do que actualmente e pagos melhores preços aos produtores.

CONTRA OS MONOPÓLIOS E O SEU GOVERNO E NÃO CONTRA O POVO TRABALHADOR

Aos industriais de panificação, que dizem não poder aguentar mais e reclamam aumento do preço do pão, nós dizemos: «O pão não deve ser aumentado!» Não é à custa do povo laborioso que deveis procurar resolver os vossos problemas. Se estais a ser batidos nos vossos interesses, levados mesmo à ruína pelo monopólio da moagem e pelo governo de Salazar serventuário dos monopólios e do imperialismo estrangeiro, é contra eles que deveis organizar a vossa luta juntando-vos àqueles que desde sempre contra eles têm lutado. O roubo e a fraude que vêm sendo praticados quer fabricando-se mau pão, quer roubando no peso, quer praticando toda a série de inconcebíveis misturas de farinhas com produtos que de farinha têm apenas o nome, deve acabar, tem de acabar!

Os clamores, o descontentamento sempre latente e a luta popular de massas obrigam não poucas vezes o governo a tomar algumas medidas e, como estas medidas não vão cair sobre os monopólios que o regime serve, tombam sobre os pequenos e um ou outro abastado para salvar as aparências. Daí a repressão, chamada de fiscalização, só atingir os pequenos e médios industriais e comerciantes. Sentindo estes que não podem continuar com a mesma liberdade a viver da fraude e do roubo dissimulado e aberto, porque as massas consumidoras estão cada vez mais vigilantes, vão gritando: «Não podemos pesar o pão», «fabricamos mau pão porque nos fornecem mais farinhas», «é ao consumidor que compete pagar o imposto de transacções» (já o sabemos), «se nem todos cumprimos o nosso dever é porque se nos impõe tal procedimento», revela o industrial, sr. António Simões Morais. E o sr. Domingos Borges confessa que «a indústria é obrigada a viver da fraude!». O argumento de que os operários são uns terríveis indisciplinados e não cessam de reivindicar salários elevados (!), também não falta. Como se vê, tudo era e é orientado contra os interesses das massas trabalhadoras que constituem a maioria esmagadora do povo consumidor.

Mas, nem uma palavra de revolta directa contra os verdadeiros responsáveis pela situação difícil que aqueles industriais dizem atravessar e em que não nos custa a crer pois nada detem os monopólios na sua ânsia de lucros e de poder. Agora preparam-se mesmo para operar uma nova concentração da indústria, o que significará o desaparecimento de uma boa parte dos pequenos e médios industriais que ainda subsistem.

(continua na pág. 5)

INDIRECTAMENTE OS PREÇOS SOBEM

A subida dos preços não toma apenas a forma directa. As formas indirectas encobrem muitas vezes aumentos muito mais substanciais. A pretexto de higiene, de melhor apresentação, de melhor servir todos os gostos e hábitos, do melhoramento da qualidade, surgem embalagens mais ou menos vistosas, tipos e tipinhos de pão, pacotes e pacotinhos dos mais variados artigos, elevando-se se assim mais os preços, sendo, ainda por cima, algumas vezes o consumidor obriga-

do a pagar um suplemento pela embalagem, como sucede, por exemplo, com o azeite. Os artigos que ficam à venda avulso não de tão má qualidade que ninguém lhes pega. Esta prática é fomentada directamente pelo governo de Salazar a mando dos monopólios. São eles, pois, os principais responsáveis pela subida constante do custo de vida. É contra eles que deve ser orientada a luta das massas populares contra a carestia da vida, por melhores condições de vida:

UNIR E LUTAR

LUTAR E UNIR

Uma vez demonstrado que são os monopólios e o governo de Salazar que os serve, os responsáveis pela grande carestia da vida que se observa em todo o país, a classe operária e as massas trabalhadoras da cidade e do campo deverão orientar a sua luta diária por aumento de salários e outras reivindicações de classe bem como contra a carestia da vida, no sentido de mais larga unidade, no maior espírito de organização e disciplina proletária, e na perspectiva de unirem à sua volta todos os que, atingidos pela política anti-nacional

de Salazar, se disponham a participar na luta pela defesa dos seus interesses específicos e dos interesses comuns a todo o povo laborioso, pelo derrubamento da ditadura fascista, pela instauração de um regime e de um governo democrático capaz de resolver em curto prazo os problemas nacionais mais prementes.

Nesta grande batalha nacional, os comunistas, à frente da classe operária, deverão dar provas, e darão provas, de discernimento e de grande coragem política e física.

O que querem os motoristas

As reivindicações dos motoristas foram já várias vezes formuladas junto das entidades patronais e dos sindicatos fascistas. Eles reclamam aumento de salário, tabela única para todo o país; extensão das regalias dos motoristas de praça a todos os motoristas; assistência jurídica; melhoria da assistência médica e da previdência; redução dos actuais horários de trabalho, que vão a 11, 14 e 16 horas ou seja a 70 e 80 horas por semana.

Nas praças de táxis, nos locais de trabalho criai comissões de mo-

toristas. Entrai em contacto com colegas de outras localidades. Concentrai-vos de novo em grande número nos vossos sindicatos. Ide em massa às autoridades fascistas, câmaras municipais. Instituto Nacional de Trabalho, ministro das Corporações. Reclamai a satisfação das vossas reivindicações.

Levai a cabo uma acção concertada e corajosa.

Com este número sai um suplemento de rubricas no valor de 84.666\$00.

MAIS UNIDADE — MAIS LUTAS — MELHOR ORGANIZAÇÃO

QUANDO A CLASSE OPERÁRIA LUTA OS SALÁRIOS SOBEM

Aceitar a exploração é aceitar a miséria, os salários baixos, os roubos mais infames do patronato.

Lutar contra a exploração é conquistar novos aumentos, é pôr um freio à miséria, é obter melhores condições de vida, é preparar a libertação dos trabalhadores.

Quanto mais baixos são os salários da classe operária, mais elevados são os lucros dos capitalistas.

Algumas vezes os patrões aumentam os salários antes mesmo que o movimento reivindicativo tenha lugar. É uma forma de evitar a luta, de enganar os trabalhadores.

Assim sucedeu na I.M.A. em Setúbal, onde os trabalhadores registaram aumentos de 2300, 4500, 8500, 10500 e 12500, logo que a direcção da empresa se apercebeu do descontentamento existente.

NO RIBATEJO A LUTA DOS TRABALHADORES IMPÕS AUMENTOS

Só a luta permite êxitos. Só a luta reforça as conquistas dos trabalhadores. Esta é a experiência do proletariado revolucionário do mundo inteiro. Esta é a experiência dos operários portugueses.

As concentrações na gerência, no sindicato, a firmeza e a unidade dos trabalhadores de várias empresas do Ribatejo permitiu-lhes conquistar novos aumentos.

Na TUDOR, em Castanheira do Ribatejo os operários passaram a receber mais 10500 e 20500 por dia. Na Fábrica de Louça de Sacavém houve aumentos de 10500 nalgumas secções, mas nas outras os trabalhadores devem intensificar a luta para que os seus salários sejam igualmente aumentados.

Conquistaram melhores salários os trabalhadores da Fábrica Metal-Mecânica Portuguesa, em Castanheira do Ribatejo, os operários da MAGUE em Alverca, da CAVAN, em Santa Iria, dos Nitratos de Portugal. Nesta última empresa os aumentos vão de 15500 a 20500.

os trabalhadores da Carris do Porto conquistaram aumento de salários

Neste mês que corre os trabalhadores da Carris do Porto vão receber novos aumentos. Não foi por generosidade que a Direcção dos Serviços dos Transportes Colectivos lhes elevou os salários. A luta dos trabalhadores forçou-os a esta nova concessão. Houve manifestações de rua, concentrações e idas ao sindicato, diligências repetidas junto da Direcção. Houve agitação reclamando aumentos. Quando os trabalhadores persistem na acção acabam por conquistar novos sucessos.

Mas os salários alcançados pelos trabalhadores da Carris do Porto estão muito aquém do aumento re-

APELO DE ANO NOVO AOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

Vivemos sob uma ditadura fascista que submete a classe operária ao poder dos monopólios, condenando-a a uma exploração sem limites. A troca de baixos salários, de ritmos infernais de produção, de falta de condições de segurança no trabalho, de privação dos mais elementares direitos, da miséria dos trabalhadores, os capitalistas constroem as mais poderosas fortunas.

Trabalhadores da cidade e do campo! Sem a luta organizada nas empresas, nas aldeias, nos locais de trabalho, não subirão os salários, não terminarão as multas e os castigos, não deixará de subir o custo de vida.

Há cerca de seis anos que Portugal está em guerra. A vida dos nossos soldados é sacrificada ao poder dos magnates capitalistas, que dominam em Portugal, como dominam nas colónias.

Trabalhadores da cidade e do campo! Defendei a vida dos vossos filhos! Lutai contra a guerra colonial! Nos bairros pobres, à porta dos quartéis, nos cais de embarque concentrai-vos às centenas, aos milhares, e protestai contra a partida dos soldados, contra a guerra colonial!

Jovens trabalhadores! Recusai-vos a combater! Recusai-vos a embarcar! Revoltai-vos nos quartéis e nos navios! Desertai colectivamente! Sabotai a guerra colonial na rectaguarda e nas frentes de batalha! Paz e independência para o povo Português! Paz e independência para os povos das colónias!

Portugal é uma nação dominada por capitalistas estrangeiros. Poderosos monopólios alemães, americanos, ingleses, belgas, franceses e japoneses apoderaram-se das riquezas do nosso país, sob a protecção do governo fascista, acumulam novos lucros na exploração da classe operária portuguesa.

O solo pátrio serve os objectivos de guerra dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental, das potências da NATO. Há bases militares e soldados estrangeiros em território nacional.

Trabalhadores da cidade e do campo! Lutai contra a dominação imperialista, contra as bases militares! O governo fascista aboliu as liberdades democráticas, retirou aos trabalhadores o direito de se organizarem livremente, de lutarem pela defesa dos seus interesses.

Em anos de dominação fascista, a classe operária, os trabalhadores encontraram-se nas primeiras filas do combate pela Democracia.

Trabalhadores da cidade e do campo! Vós sois a força fundamental da luta contra a tirania fascista, contra o poder dos monopólios, contra a penetração imperialista.

As lutas da classe operária por melhores salários, por melhores condições de vida, pela conquista da liberdade política, pela paz, impulsionam a luta das outras camadas sociais, contribuem para o desenvolvimento da Unidade de acção contra a ditadura, são um estímulo poderoso ao combate geral pela Democracia.

Reforçai a vossa unidade! Organizai novas e decisivas acções contra a exploração capitalista.

Que o ano de 1967 seja um ano de novas batalhas de classe contra o aumento do custo de vida, contra a política fascista, contra a guerra colonial, pelo Pão, pela Paz, pela Democracia.

O contrato colectivo das conserveiras É UMA EXIGÊNCIA IMEDIATA

Chegam-nos notícias sobre as formas brutais de exploração das operárias conserveiras do Algarve. Actualmente o salário das con-

serveiras é de 3500 a hora ou seja de 2850 durante as 8 horas. Descontam 5,5 por cento para a Caixa de Previdência, 1,4 por cento para o Fundo de Desemprego, 1500 por semana para o sindicato, que nada faz pela defesa dos interesses das trabalhadoras e para cúmulo é dirigido por um metalúrgico.

Não há horário de trabalho para as operárias conserveiras. Chegam a estar até às 15 horas sem comer. É frequente haver desmaios no trabalho.

Só depois de perfererem as 48 horas semanais lhes começam a ser pagas as horas extraordinárias.

Uma operária que falte ao trabalho oito horas recebe apenas metade do seu salário, logo que compra a jornada de oito horas.

Nas fábricas de conservas do Algarve os industriais não pagam os quartos de hora. Se pegam ao trabalho às 8,15 só começam a ganhar às 8,30. Se largam às 17,15 só recebem até às 17.

Sempre que os salários totais en-

PESCADORES DO ALGARVE AS VOSSAS REIVINDICAÇÕES SÃO JUSTAS

LUTAI POR ELAS

Lavra profundo descontentamento entre os pescadores algarvios. O contrato colectivo, assinado em 1964, não corresponde à situação criada. Os armadores roubam de várias maneiras. Na distribuição do peixe os baldes dos armadores são maiores do que os dos pescadores. O lucro que obtêm é ainda aumentado pelo roubo cometido na contagem.

Durante o período do defeso da sardinha mantêm-se as mesmas condições da matrícula na pesca de outras espécies, quando a situação é muito diferente.

Quando falta um pescador ao trabalho sem motivo justificado, o trabalho desse pescador é feito pelos restantes camaradas, mas é o armador que arrecada a parte desse pescador.

Os armadores esquivam-se ao pagamento diário da pensão de 20500, pagando apenas o dia em que a pesca é vendida.

Impõe-se aos pescadores do Algarve a necessidade de lutarem contra semelhante situação. Eles contam com uma valiosa experiência: a da greve desencadeada em Abril de 1964.

A luta deve iniciar-se quanto antes. Formuladas as reivindicações os pescadores devem concentra-se em massa junto dos armadores, da Casa dos Pescadores e da Capitania, reforçar as ligações entre si, dar provas de combatividade, de união e de coragem. Em cada porto uma comissão de unidade.

Como em 1964 realizai manifestações de rua, recorrei à greve, se as vossas reivindicações não forem satisfeitas.

Avante na luta, pescadores do Algarve! Convosco está o Partido Comunista!

globam tostões, as operárias não os recebem, embora venham expressos nos envelopes.

Uma tão revolvente exploração exige uma luta firme das operárias conserveiras, por melhores salários, contra as multas e castigos, contra os roubos dos industriais, pelo pagamento das horas extraordinárias, pela elaboração de um novo contrato colectivo.

Há quase um ano que os operários e operárias conserveiros aguardam a satisfação das suas reivindicações. Mas não se pode esperar de braços cruzados. É necessário insistir na luta, promover concentrações nas empresas e no sindicato, fortalecer os contactos entre os operários das várias empresas de uma mesma localidade, entrar em ligação com as trabalhadoras de outras zonas conserveiras.

A elaboração de um novo contrato colectivo é uma necessidade imediata. Urge lutar por ela, operários e operárias conserveiros.

Por uma verdadeira unidade combativa das forças democráticas

(continuação da pág. 1)

munismo, os dirigentes da Acção Democrato-Social pretendem ser mais papistas do que o Papa. No citado documento afirmam a Salazar que «**não consentem nas suas fileiras extremismos organizados ou não, que aspiram a destruir a arquitectura social da Nação.**»

Uma tal atitude significa objectivamente que se pretende beneficiar da benevolência dos actuais governantes, para que estes lhes permitam uma actividade legal, com a garantia expressa do seu repúdio ao comunismo.

Na vida política nacional as po-

sições do anti-comunismo são posições anti-unitárias, que se definem no receio da participação do povo na luta democrática, na oposição à unidade com o Partido do proletariado, com o Partido que conduz uma luta persistente e organizada contra o fascismo, se encontra na vanguarda do combate e goza de uma larga influência e prestígio entre a classe operária e as camadas populares.

A esfarrapada bandeira do anti-comunismo é a bandeira das forças mais reacionárias, que se opõem ao avanço da Democracia e à liberdade dos povos.

própria constituição fascista, salvaguardada por altos comandos reacionários e sob o patrocínio do almirante Tomás.

Com o apoio de fascistas dissidentes e de democratas moderados, o país integrar-se-ia num período de ditadura que bem poderia designar-se de salazarismo sem Salazar.

«**O governo de transição e de união nacional**» a que o documento alude não passaria de uma simples mudança de fachada, cujo objectivo essencial seria o de evitar a participação dos trabalhadores e das forças democráticas mais combativas na vida política nacional e impedir a marcha democrática do país.

O Partido Comunista Português defende no seu Programa, «como primeiro passo a dar após o derrubamento da ditadura fascista, a subida ao poder de um Governo Provisório no qual estejam representadas as forças democráticas e patrióticas, designadamente o partido

da classe operária, o Partido Comunista Português.»

O Partido Comunista Português não faz depender da adopção do seu Programa a sua participação neste governo. Participará no Governo Provisório desde que ele cumpra a sua tarefa principal de instaurar as liberdades democráticas e realizar eleições livres para uma Assembleia Constituinte, que determinará a organização e a forma do futuro regime democrático.

Um tal governo não pode sair de um compromisso político com elementos fascistas, sob a protecção de altos comandos militares, tendo como organizador o almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás.

O Governo Provisório que o Partido Comunista preconiza sairá da luta comum das forças democráticas e patrióticas e das vastas massas populares.

A solução do problema político nacional não será ditada por conselhos de gabinete. Ela está nas mãos da classe operária e do povo.

UM CAMINHO DIFÍCIL

NA CONQUISTA DA DEMOCRACIA

Num documento enviado ao presidente da República, em Novembro de 1966, subscrito por 118 personalidades democráticas que nos merecem todo o respeito, condena-se a acção do governo de Salazar no domínio económico, social e político, critica-se a situação do ensino e da cultura em Portugal.

Os subscritores deste documento sentem-se preocupados com o actual panorama político e têm sobejas razões para tanto.

O regime fascista, batido por contradições intransponíveis vive as dificuldades criadas pela sua acção em favor dos monopólios e do imperialismo estrangeiro, pela continuação da guerra colonial e da luta popular, pelos desaires sofridos na ONU e na arena internacional.

Agita-se a notícia de uma nova remodelação ministerial, para reforçar posições enfraquecidas. No seio do regime accentuam-se as desinteligências e as contradições internas. Mas ao procurar novos quadros para remodelar o governo, a ditadura fascista não se esgota a si própria. Busca novas soluções para enfrentar maiores e mais graves dificuldades.

Uma análise objectiva da situação nacional não pode levar-nos a admitir a liberalização do regime ou uma solução pacífica do problema político português, como o considera o documento dirigido ao

presidente da República.

Em vez de liberalizar-se o regime reforça o seu aparelho repressivo e a máquina do Estado, accentua todas as suas características de ditadura fascista ao serviço dos monopólios.

Ao aceitar-se a possibilidade de uma liberalização do regime e da demissão de Salazar buscam-se as soluções legalistas, cai-se na expectativa política e na inacção, enfraquece-se a Unidade, não se considera necessário a acção organizada e persistente e muito menos se valoriza, como tarefa central, a mobilização e a organização das massas populares para o derrubamento da ditadura.

O caminho que temos de percorrer até à queda do fascismo é um duro e difícil caminho, que se não compadece com subjectivismos políticos, com a noção errada da realidade com uma actividade política accidental.

A luta pela Democracia não é a luta de um grupo de homens contra o mais categorizado representante do fascismo, o ditador Salazar.

A luta pela Democracia é a luta da classe operária e do povo português, é a luta dos democratas de várias tendências contra a ditadura fascista, contra o poder dos monopólios, contra o imperialismo estrangeiro.

A SOLUÇÃO DO PROBLEMA POLÍTICO NACIONAL

ESTÁ NAS MÃOS DAS MASSAS POPULARES

Quando se dirige ao presidente da República, «em nome de milhões de portugueses que são a Oposição em Portugal e em nome de oito séculos de vivência colectiva, em nome do presente do futuro, um brado nacional e másculo, para que com o sentido da honra inerente à sua farda, escabe com a arbitrariedade e a ilegalidade confessadas do poder executivo» e demita Salazar com o objectivo de evitar a «trágica confrontação dos extremismos ideológicos» está-se pondo de parte desde logo a participação das massas populares e das forças democráticas na luta, para fazer depender a solução do problema po-

lítico nacional de um simples golpe de palácio, realizado por um fiel servidor dos monopólios, por um acérrimo defensor de Salazar, o almirante Américo Tomás.

Preconizando uma tal orientação não é de estranhar a busca de outras soluções de compromisso que se expressam nas propostas formuladas no documento subscrito por 118 personalidades, para «a nomeação de um governo de transição e de união nacional, pelo presidente da República, com representantes das forças armadas, destinado a reintegrar a nação na normalidade constitucional.»

De que normalidade constitucional se trata? Daquela que deriva da

O PROBLEMA COLONIAL E AS SOLUÇÕES APRESENTADAS

No mesmo documento dirigido ao presidente da República condena-se as violências cometidas pelo colonialismo e alude-se, embora com limitações, ao direito dos povos à auto-determinação. Ao criticar-se a política colonial do salazarismo afirma-se que a «**continuação de uma tal política põe em perigo a própria «presença portuguesa em África», da qual somos partidários como obrigação histórica, derivada de um processo iniciado há muitas gerações.**»

Mas esse «processo iniciado há muitas gerações» que determina «a presença portuguesa em África» exprime-se num saldo dramático: a opressão nacional, o saque das riquezas coloniais, o extermínio em massa, o trabalho escravo, a miséria inaudita, o primitivismo social, o desrespeito pela língua, costumes e religiões dos povos africanos, a exportação do alcoolismo, a prática da prostituição, o império capitalista nas suas formas mais revoltantes.

Quando se compreende a ampli-

tude da situação imposta aos povos pelo sistema colonial não se pode condenar o «terrorismo negro», porque não se condena a luta de um povo oprimido contra a bárbara violência dos seus opressores.

O Partido Comunista Português defende e luta pelo direito dos povos coloniais à independência imediata e completa. Não consideramos que outra «obrigação histórica» caiba à classe operária e ao povo português do que aquela que resulta do seu dever de intensificar a ajuda à luta dos povos coloniais pela sua independência, de mobilizar todas as suas energias para pôr fim à guerra e à opressão colonial e de «estabelecer com esses povos, uma vez conquistada a independência, relações de amizade, de cooperação económica, técnica e cultural, na base da livre decisão, completa igualdade, não intervenção nas questões internas e respeito pelos interesses mútuos», como está definido no Programa do Partido Comunista Português.

A LUTA PELA UNIDADE

Estamos em face de uma situação que cria embaraços à Unidade e à luta democrática e disso devem ter a noção todos os comunistas, a classe operária e as massas populares.

Temos um inimigo comum a combater e a destruir: o fascismo. As consequências nefastas da sua política pesam cada vez mais sobre as amplas massas populares e sobre outros sectores nacionais. As condições objectivas são dia a dia mais favoráveis ao desenvolvimento de poderosas lutas de massas.

Entretanto, a luta e a unidade dos democratas está longe de corresponder às amplas perspectivas de acção.

As concepções legalistas, as posições de compromisso, a crença numa solução pacífica e na liberali-

zação da ditadura conduzem à estagnação e ao retrocesso do movimento anti-fascista.

Diante de um inimigo cruel que reforça o seu aparelho de Estado e accentua o seu carácter fascista não pode conduzir-se uma luta vitoriosa, sem mobilizar as forças decisivas para o combate, sem criar a organização necessária à coordenação e desenvolvimento da luta, sem desenvolver um persistente trabalho de organização destinado à condução da luta clandestina e da luta legal, sem tomar uma posição combativa em face do regime, sem fazer apelo ao povo e aceitar sem receios a sua participação na luta diária e na batalha definitiva.

A ditadura fascista e o poder dos
(continua na pág. 5)



A GUERRA COLONIAL

no centro da política financeira do governo

(continuação da pág. 1)

tos, para servir a política agressiva dos Estados Unidos e dos militaristas de Bona além de mais 105 mil contos dispendidos com obras militares que se destinam a servir aquela organização.

As receitas gerais do estado subiram para 20 milhões 206 mil contos ou seja, mais 3 milhões 795 mil e 500 contos do que em 1966. As despesas ordinárias registaram um aumento de 578 mil e 900 contos.

Prevê-se uma receita de 1 milhão e 200 mil contos do famoso imposto de transacções, lançado em Agosto último sobre os artigos de amplo consumo. Este imposto fez descer de um só golpe o baixo ní-

vel de vida dos trabalhadores.

Os impostos indirectos passaram de 4 milhões 93 mil e 600 contos em 1966 para 5 milhões 297 mil contos em 1967.

Sobre as massas laboriosas as cargas fiscais tombam pesadamente, mas sobre os capitalistas caem de maneira suave. Os impostos sobre os rendimentos de capitais que em 1966 foram orçamentados em 150 mil e 400 contos espera-se que rendam este ano apenas 170 mil e 100 contos ou seja mais 19 mil e 700 contos, soma ridícula que bem exprime a verdade de que no Portugal salazarista pagam mais os que menos podem pagar.

SEGUNDO OBJECTIVO DA POLÍTICA FINANCEIRA FINANCIAR E DEFENDER OS MONOPÓLIOS

Do trabalho diário da classe operária saem os grandes lucros dos capitalistas. É ainda dos seus salários que saem as verbas do Orçamento destinadas a financiar os monopólios capitalistas. Dois milhões 145 mil e 400 contos, tal é a importância que no ano corrente o governo fascista concede de mão beijada aos magnates da finança para a realização dos seus planos de fomento.

Por despacho ministerial de 1 de Abril de 1966 o governo fez uma emissão de promissórias de fomento nacional, no valor de 700 mil contos destinados a subsidiar os

empreendimentos capitalistas que se inserem no chamado Plano Intercalar de Fomento.

Nos primeiros seis meses de 1966 foi feita uma nova emissão de títulos no montante de 109 mil contos para o financiamento dos poderosos monopólios da Electricidade, além de dois empréstimos contraídos no Banco Mundial no valor de 840 mil contos que lhes são igualmente destinados.

Os empréstimos internos e externos para subsidiar os monopólios capitalistas e a guerra colonial elevam a dívida pública a 32 milhões de contos. É uma nova chaga

da política fascista, paga com o sacrifício dos salários baixos, da miséria do povo. Só em juros e outros encargos da dívida pública o governo consome mais de 2 milhões de contos. Quantas novas moradias se poderiam construir? Quantas escolas? Quantos livros se poderiam editar?

Das Caixas de Previdência saem ainda fundos para o financiamento dos planos económicos capitalistas, sob a forma de compra de títulos de Estado e de acções e obrigações de grandes companhias monopolistas.

De várias formas, a classe operária e o povo português pagam a política fascista em favor dos monopólios.

A utilização dos dinheiros do Orçamento nos planos económicos capitalistas é acompanhada de um maior esforço dos governantes fascistas para atrair as pequenas economias aos depósitos nos bancos e ao financiamento dos monopólios, empenhando deste modo sectores das classes médias na sua política de protecção às forças monopolistas.

CONTRA A POLÍTICA DE GUERRA E DE TRAIÇÃO NACIONAL

Política de guerra, política de protecção aos monopólios, política de miséria e de ruína, ela faz subir o descontentamento popular, amassa novas fontes de revolta, cria condições objectivas para o desenvolvimento da luta popular pelo Pão, pela Paz, pela Liberdade e a Democracia.

Cabe aos comunistas, cabe ao Partido do proletariado a tarefa de mobilizar, orientar e organizar as lutas da classe operária e das massas trabalhadoras contra a política fascista, pela defesa dos seus interesses imediatos, pelo desenvolvimento da luta popular de massas, pelo derrubamento da ditadura.

Por uma verdadeira Unidade combativa

(continuação da pág. 4)

monopólios não se destroem senão pela luta revolucionária, constante e organizada da classe operária e do povo, e das forças democráticas coligadas.

As posições legalistas, pretendem torner as dificuldades da luta, mas não fazem mais do que agravá-las, porque retardam o seu desenvolvimento, e conduzem ao immobilismo e à descrença.

A dispersão orgânica, que se manifesta nas forças da Oposição, a falta de organismos de coordenação e de direcção para o desenvolvimento da luta comum, a carência de uma plataforma de Unidade livremente aceite e discutida são factores de paralisação da luta geral contra o fascismo.

Impõe-se reforçar a Unidade e a acção, elevar a luta, trabalhar de maneira persistente e organizada para derrubarmos a ditadura. Essa é uma tarefa das forças democráticas, que exige uma actividade revolucionária consequente.

O Partido Comunista Português não pretende impôr às outras forças democráticas o seu ponto de vista e sabe que para se chegar à Unidade é necessário buscar as formas de entendimento e os objectivos comuns a todos.

As várias correntes democráticas querem derrubar a ditadura. Entendamo-nos e trabalhemos seriamente

por este objectivo fundamental.

Todos aspiramos à conquista da liberdade política. Trabalhemos juntos para conquistá-la. Lutemos ombro com ombro contra a repressão, contra a Censura, contra a guerra colonial e pela Amnistia.

«O Partido Comunista Português tem como tarefa ganhar as massas populares para a causa da revolução — afirma-se no Programa do Partido — e concentrar os seus esforços no trabalho de unir, organizar e conduzir à luta as forças democráticas e patrióticas».

Os comunistas trabalharão com firmeza e abnegação neste sentido, confiando na força e na capacidade política e revolucionária dos trabalhadores, no seu papel decisivo na luta contra o fascismo, no reforço e alargamento da Unidade.

As lutas da classe operária e das massas populares têm sido o factor fundamental das grandes batalhas pela Democracia em Portugal. Elas continuam sendo o eixo da vitória sobre o fascismo.

Não se pode derrubar a ditadura, não se pode construir a Democracia se a classe operária, se as massas populares não participam, activamente na luta.

Façamos avançar a Unidade, façamos progredir a luta.

Se nos unirmos, se reforçarmos a acção apressaremos a derrota do inimigo comum: a ditadura fascista.

«ONTEM COM HITLER HOJE COM BONN»

Editado pelo Partido Comunista Português (Edições «Avante!»), está em distribuição em todo o País, um folheto com o título acima indicado. É uma colectânea de documentos secretos encontrados nos arquivos nazis. Pela sua leitura, cada comunista, cada democrata, cada português honrado poderá saber, ou lembrar, a que ponto chegou então a política de traição nacional de Salazar e da sua camarilha sem pátria. Tudo era posto ao serviço da Alemanha nazi, contra a coligação anti-hitleriana e contra Portugal.

Hoje, a política de Salazar não mudou: concessões económicas altamente vantajosas em Portugal e nas colónias portuguesas, penetração em grande escala do capital alemão na indústria e agricultura nacionais, comércio entre os dois países ruinoso para Portugal, etc..

Com a cedência de uma parcela do território nacional para a instalação da grande base militar-aérea de Beja, base que representa um perigo permanente para o povo português, Salazar empurra o país para aventuras bélicas. Com efeito, os revanchistas de Bonn, que já são hoje a maior força militar europeia integrada no agressivo Pacto do Atlântico, aspiram às armas nucleares e ousam reclamar ostensivamente as fronteiras de antes da segunda guerra Mundial.

As botifarras da soldadesca alemã ocidental pisam hoje a terra portuguesa, como terra conquistada. Amanhã, em caso de guerra, a destruição das bases militares, que terão servido para atacar países pacíficos, põe em risco de ser calcinada a terra portuguesa.

É, pois, um dever de todos os portugueses honrados e patriotas, e da classe operária portuguesa em primeiro lugar, levantar a sua voz de protesto contra a instalação da base militar-aérea alemã em Beja e passar decididamente à acção pela sua liquidação e pela saída de todos os soldados e oficiais alemães, de Portugal.

O PÃO E O LEITE não podem ser aumentados

(continuação da pág. 2)

E perante tudo isto dispõem-se os industriais de panificação a lutar abertamente contra os verdadeiros responsáveis pela sua situação, que dizem ser difícil? Não. Numa atitude teatral, dizem que se o problema não for resolvido, isto é, se o pão não for aumentado, entregarão as chaves dos seus estabelecimentos ao Grémio!

O LEITE, sугeito, como o pão, a toda a espécie de transigências e fraudes e não obstante o fraquíssimo consumo da população, é insuficiente para o abastecimento público. Para os presidentes da Junta dos Produtos Pecuários e da célebre UCAL, os responsáveis pela falta de leite são os trabalhadores que exigem altos salários e abandonam os campos obrigando os lavradores a vender as vacas (!). Quanto a soluções, o presidente da Junta diz

que não tem nenhuma responsabilidade na distribuição do leite em Lisboa (!), enquanto que o presidente da UCAL, sem meias medidas, sugere que para a resolução do problema «será necessário aumentar o preço do leite».

O preço do leite pago aos médios e pequenos lavradores é, em multíssimos casos, insuficiente, mas não deixa de ser elevado o preço que por ele paga hoje o consumidor, com o que sofrem, em primeiro lugar as crianças, que pouco ou nenhum leite bebem.

O PÃO E O LEITE NÃO DEVEM SER AUMENTADOS—O PÃO E O LEITE NÃO PODEM SER AUMENTADOS.

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Transmite diariamente, das 8 às 8,30 em 25 metros; das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36, 40 e 43 metros. Aos domingos, emissão dedicada aos camponeses das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

SOLIDARIEDADE MILITANTE AO HERÓICO POVO DO VIETNAM!

Animadas pelos mais nobres sentimentos patrióticos, partilhando da firmeza indomável de todo um povo, as mulheres do Vietnam consagram abnegadamente todas as energias à luta heróica e libertadora do seu país, contra a bárbara agressão imperialista americana.

Embora numa fase de luta diferente da das suas irmãs vietnamitas, as mulheres portuguesas sentem-se a elas ligadas pelo mesmo ódio ao fascismo, ao colonialismo e ao imperialismo, pelo mesmo amor à paz e à liberdade.

Em cartas recentemente trocadas entre as heróicas combatentes vietnamitas e as lutadoras anti-fascistas portuguesas, ficaram cerrados estes laços fraternais. Recebida de Hanoi, a carta que a União das Mulheres do Vietnam dirigiu às combatentes democratas portuguesas é a expressão sincera desta amizade militante.

«Comove-nos pensar—diz a carta—que enquanto milhares de jovens e combatentes patriotas do Vietnam do Sul sacrificam o seu sangue para reconquistar a independência e unidade nacionais e para salvaguardar a paz no sudeste asiático e no mundo, milhares de combatentes democratas portuguesas, sem temer o cárcere e a deportação, não deixem de lutar contra o regime fascista da camarilha de Salazar e contra a guerra colonial por ela conduzida em África, pela conquista dos direitos à vida e à democracia do povo português e pelos movimentos de libertação nacional nos diferentes países do mundo.

Podem os imperialistas americanos massacrar milhares de patriotas vietnamitas, encarcerar centenas de combatentes democratas portuguesas, mas apesar disso a nossa justa luta ganha cada vez maior amplitude e será certamente coroada de vitória».

Depois de exprimir a sua solidariedade para com a luta do povo português e de apoiar os objectivos da Conferência Canadiana para a Amnistia em Portugal, a União das Mulheres do Vietnam afirma às

A RECOLHA DE FUNDOS É UMA TAREFA POLÍTICA

O Partido Comunista Português é a vanguarda da luta da classe operária e das massas trabalhadoras. É a força fundamental da Unidade. É o Partido que luta consequentemente contra a ditadura fascista e pela conquista da Democracia.

Em cada dia o Partido desenvolve uma acção corajosa e abnegada para organizar a luta contra o odiado regime fascista.

Essa luta variada e persistente exige não sómente a acção, o apoio e concordância com a sua linha política, mas uma larga ajuda financeira.

Sem fundos o Partido não pode agir, não pode cumprir a sua função de vanguarda.

Na ordem de trabalhos de cada reunião de comunistas, na acção diária de cada militante, de cada trabalhador de vanguarda deve estar presente esta palavra de ordem: **O Partido precisa de fundos.**

Levai à prática esta palavra de ordem, camaradas e amigos.

mulheres portuguesas:

«Nós, em particular, que somos vossas companheiras de luta contra o fascismo, o antigo e novo colonialismo e o imperialismo, condenamos enérgicamente o regime ditatorial e a política colonialista do governo de Salazar e reafirmamos a nossa solidariedade militante para convosco e para com o povo português».

Para as mulheres portuguesas o para o povo em geral, estas palavras das combatentes vietnamitas têm um profundo significado. O povo português e o heróico povo do Vietnam são solidários e irmãos de combate contra o fascismo e o domínio do imperialismo agressor. Nas actuais condições da luta geral dos povos contra a política de agressão do imperialismo norte-americano, o povo vietnamita ocupa honrosamente a vanguarda des-

ta frente de luta. Por isso, pode com razão considerar decisivo, para os outros povos e para a paz do mundo, o resultado final do seu combate.

Lutando contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo em Portugal, auxiliaremos o povo vietnamita. Mas a intensificação da vergonhosa agressão imperialista no Vietnam e o massacre contínuo da sua população pacífica exigem do povo português uma ajuda mais directa e imediata. Portanto devem ser mais intensos os nossos protestos, e cada vez mais amplas as nossas acções.

As mulheres portuguesas, conscientes das suas responsabilidades pelo futuro do seu povo e pela salvaguarda da paz, têm um importante papel a desempenhar nesta luta histórica, contra o fascismo e pela democracia, contra as guerras

coloniais e o imperialismo, pela paz!

Que se intensifiquem as acções de protesto contra a criminosa agressão do imperialismo americano ao Vietnam, enviando milhares de cartas e telegramas à embaixada e consulados norte-americanos em Portugal, reclamando o fim da agressão ao Vietnam e a retirada das tropas americanas do Vietnam!

Que se multipliquem as acções de apoio ao heróico povo vietnamita, fazendo chegar às capitais onde tem representação, a nossa solidariedade moral e material, em milhares de mensagens e ofertas!

Que a classe operária, a juventude, os intelectuais ganhem uma exacta noção das responsabilidades para com o heróico povo do Vietnam e multipliquem os esforços para que se intensifique a solidariedade militante.

Greve Parcial na Faculdade de Engenharia do Porto

Na Faculdade de Engenharia do Porto, onde os laboratórios de química chegaram à mais lastimosa situação, os estudantes têm lutado incansavelmente contra a falta de espaço, a falta de aparelhagem experimental, a falta de material laboratorial, recorrendo a exposições e petições, protestos orais junto dos professores, assistentes e director, e recusando-se a trabalhar em tais condições, quer assinando as folhas de presença e abandonando imediatamente as aulas, quer recorrendo à greve dos braços caídos.

Nos laboratórios de química a penúria é tal que os estudantes chegam a ter de comprar os reagentes mais elementares, tais como

gelo e sal de cozinhas... No começo do ano lectivo, os estudantes viram ainda agravadas as suas já intoleráveis condições com uma nova medida que é um verdadeiro atentado aos seus direitos e à Universidade: a substituição das aulas práticas de química por simples aulas teóricas!

Mas os estudantes do 4º, 5º e 6º anos da Faculdade de Engenharia reagiram enérgicamente contra esta nova agressão do regime salazarista, não acatando tal decisão. Depois de várias reuniões, resolveram recorrer à greve. Recusando-se a frequentar as cadeiras envolvendo a utilização de laboratórios e não pagando as cauções de 150\$00 que continuavam a ser-lhes exigidas

para fazer uso dos mesmos, os estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto escolheram o melhor caminho para lutar contra a penúria do ensino universitário e contra a vergonhosa escassez de verbas reservadas para a educação e o ensino no nosso País.

Os estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto indicam aos seus colegas das restantes Universidades que devem por todas as formas reclamar junto dos directores das escolas e do ministro da Educação Nacional, melhores condições de ensino teórico e prático.

Mantendo-se firmes e unidos na sua luta, os corajosos estudantes da Faculdade de Engenharia acabarão por ver atendidas as suas justas reivindicações.

VIDAS EM PERIGO NAS PRISÕES FASCISTAS

As celeradas «medidas de segurança» oficializaram a prisão perpétua. Ao abrigo desta lei, num ambiente de violências e de arbitrariedades estiolam nos cárceres combatentes anti-fascistas, dos mais capazes e dos mais dedicados que a luta democrática possui.

Blanqui Teixeira, gravemente doente, sofrendo de uma enfermidade renal e das vias respiratórias vê recusado o seu internamento no hospital. Guilherme de Carvalho, com sofrimentos na coluna vertebral permanece numa cela da prisão. Agostinho Saboga regressou à fortaleza de Peniche, apesar de se considerar muito grave o seu estado de saúde. As hemorragias provocadas por uma enfermidade do estômago, voltaram a manifestar-se. Augusto Lindolfo terminou a condenação, mas permanece no cárcere ao abrigo das «medidas de segurança». As autoridades fascistas mostram-se indiferentes ao grave estado de saúde em que se encontra este patriota, bem como aos protestos públicos contra a sua detenção. José Carlos, que sofre de lesões pulmonares provocadas pelos espancamentos, foi forçado a abandonar o hospital. Na fortaleza de Peniche onde se encontra

não pode tratar-se.

O estado de saúde de Sofia Ferreira é igualmente preocupante. Sofia terminou a condenação mas as autoridades fascistas não a devolvem à liberdade.

Alarguemos a luta pela defesa da liberdade e da vida dos presos políticos.

Nem um só preso político para fora do continente

O governo fascista projecta liquidar os melhores combatentes da Democracia, enviando-os para os campos de concentração em África. Esse é o objectivo do recente decreto que permite a deportação para os presídios africanos, dos patriotas detidos. As mesmas criminosas intenções pesam sobre os combatentes de Angola, Guiné e Moçambique, ameaçados de deportação para Portugal.

No estrangeiro desenvolve-se uma campanha de protestos contra a nova medida do governo. Recentemente, a Federação Sindical Mundial enviou um telegrama ao presidente da República, exigindo

O «AVANTE!» NÃO SE DESTROI

Uma vez lido passa-se a um companheiro de trabalho, a um amigo que nos mereça confiança, envia-se pelo correio, deixa-se em lugar onde possa ser encontrado por trabalhadores, introduz-se nas caixas de correio, mete-se por debaixo das portas.

que seja abolido o decreto sobre as deportações.

As mulheres soviéticas enviaram igualmente um protesto. Na América Latina, no Canadá, em França e noutros países registam-se novos actos de condenação do decreto ministerial.

Ante a perigosa situação existente nas prisões fascistas e a ameaça de deportação para os campos de concentração em África dos melhores combatentes da Democracia, impõe-se reforçar a luta, desenvolver acções concretas, para que Salazar e o seu governo não possam levar a cabo os seus criminosos intentos.